

PROJETO DE LEI Nº 114, DE 05 DE SETEMBRO DE 2025

INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR, O DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA.

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial do Município de Cajamar, O DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA, a ser realizado anualmente, no dia 21 de setembro.

Art. 2º O dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, tem como objetivo conscientizar; mobilizar e sensibilizar a sociedade sobre a importância da inclusão, do respeito e da garantia de direitos das pessoas com deficiência.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Plenário Ver. Waldomiro dos Santos, 05 de setembro de 2025

MANOEL PEREIRA

VEREADOR

CÂMARA MUNICI	PAL DE CAJAMAR
Incluído no expedient Realizada em <u>34</u> Je	e da sessão Ordinária
Despacho: Encam	N .
as Jereadores	
DIST	asset the same of

The control of the Co	Man was a series of the state of the state of the
CÂMARA MUNICIPAL	DE CAJAMAR
Incluído no expediente da	
Realizada em OR/	
Despacho: Ordenna	Xdia.
EDIVILSON EEME ME	NDES
Presiden	

ANIARA IVIUNICIPAL DE CAJAMAR APROVADO em discussão e votação única na 15º sessão ordinarios em 15 (quinage) votos favoráveis em 08 / 10 /20 45

EDIVILSON LEMENDES



JUSTIFICATIVA

O Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, celebrado em 21 de setembro, Reforçar a luta contra o preconceito e a discriminação; promover a igualdade de oportunidades. Promover a igualdade de oportunidades, estimular a acessibilidade em espaços públicos, transporte, educação e trabalho. Valorizar a participação ativa das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida social.

Esta data, mais do que uma comemoração, é um momento de reflexão e mobilização para que toda a sociedade colabore na construção de um país mais inclusivo e justo.

Plenário Ver. Waldomiro dos Santos, 05 de setembro de 2025

MANOEL PEREIRA

VEREADOR



Estado de São Paulo

PARECER Nº 250/2025

Ref.: Projeto de Lei nº 114 de 05 de setembro de 2025.

Assunto: Instituição e inclusão no Calendário Oficial do Município de Cajamar do dia nacional de luta da pessoa portadora de deficiência.

PROJETO DE LEI. INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR, O DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL. INTERESSE LOCAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA. REQUISITOS ATENDIMENTO AOS CONSTITUCIONALIDADE LEGALIDADE. E RECOMENDAÇÃO DE QUE FUTURAS PROPOSIÇÕES OBSERVEM A TERMINOLOGIA ADOTADA PELA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LEI Nº 12.146/2015) E CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, QUAL SEJA, "PESSOA COM DEFICIÊNCIA".

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei que pretende instituir e incluir no Calendário Oficial do Município de Cajamar o dia nacional da luta da pessoa portadora de deficiência.

A propositura é de autoria do Nobre Vereador Manoel Pereira Filho e vem acompanhada de justificativa, que expressa o objetivo combater o preconceito e a discriminação, promover a igualdade, estimular a acessibilidade em espaços públicos, transporte, educação e trabalho, e valorizar a participação de pessoas com deficiência em todas as áreas da vida social, a fim de propiciar a construção de um país mais justo e inclusivo.

É o breve relato. Passa-se à apreciação.

II - FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre destacar que a análise desta Procuradoria Jurídica fica adstrita à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das proposições legislativas, a caracterizar uma



Estado de São Paulo

avaliação exclusivamente técnica. Assim, não cabe a este órgão técnico-jurídico adentrar no mérito da proposição, isto é, realizar um juízo quanto à sua conveniência e oportunidade.

Nesse sentido, verifica-se que a matéria disciplinada pela presente propositura se encontra inserida na competência legislativa municipal, porquanto assunto de interesse local, nos termos do artigo 30, I, da Constituição Federal, e dos arts. 5°, caput, e 11, XIX, da Lei Orgânica do Município.

Dito isso, quanto à iniciativa para deflagrar o processo legislativo atinente à matéria, não há vício de aspecto formal e, portanto, atende às regras referentes à deflagração dos projetos de lei.

Isso porque, a hipótese não é de iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo, haja vista não se tratar de reserva de administração e tampouco definições de atribuições a órgãos do Poder Executivo ou referentes a sua estrutura.

Ao que se vê, a propositura diz respeito à normas gerais e abstratas, foca em objetivos, com um viés simbólico, sem direcionar a execução, detalhar ou impor obrigações específicas ao Poder Executivo, isto é, sem adentrar no aspecto operacional, na gestão administrativa propriamente dita.

É a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, do qual se extrai o seguinte excerto:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Municipal. Município de Santo André. Lei nº 10.301/2020 que "autoriza a inserção no calendário do Município a celebração da campanha 'Setembro Dourado' e dá outras providências", cujo processo de elaboração foi deflagrado pela Edilidade. Válida a disposição que institui a campanha (artigo 1º), uma vez que não envolve matéria de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo. Inteligência do artigo 24, § 2º, da Constituição Estadual. Exame da jurisprudência. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei Municipal. Município de Santo



Estado de São Paulo

André. Lei nº 10.301/2020 que "autoriza a inserção no calendário do Município a celebração da campanha 'Setembro Dourado' e dá outras providências", cujo processo de elaboração foi deflagrado pela Edilidade. Reconhecida a inconstitucionalidade do preceito que comete à estrutura educacional municipal a organização de atividades e debates em sala de aulas para a conscientização do câncer infantojuvenil (artigo 2°), por invadir matéria reservada à Administração. Inteligência do artigo 47, incisos II, XI, XIV e XIX, 'a', da Constituição Estadual. Exame da jurisprudência. PROCEDÊNCIA PARCIAL. (TJSP; ADIN nº 2018124-31.2022.8.26.0000; Relator: Jarbas Gomes; Data de Julgamento: 14/09/2022).

Quanto aos aspectos formais da presente proposição, verifica-se que o projeto contém todos os requisitos elencados pelo art. 141 do Regimento Interno da Câmara, quais sejam, ementa de seu objetivo, enunciação da vontade legislativa, divisão em artigos numerados, claros e concisos, menção da revogação das disposições em contrário (quando for o caso), e assinatura do autor e justificação, com a exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentam a adoção da medida proposta.

Por fim, não obstante o termo "pessoa portadora de deficiência" esteja em desuso, sua utilização neste projeto se justifica por reproduzir a nomenclatura oficial da data estabelecida pela Lei Federal nº 11.133/2005.

Recomenda-se, contudo, que futuras proposições observem a terminologia adotada pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, qual seja, "pessoa com deficiência", mais adequado para denominar.



Estado de São Paulo

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se pela constitucionalidade e legalidade da presente propositura.

Por se tratar de Lei Ordinária, dependerá do voto da maioria simples dos membros da Câmara, em um só turno de votação, para sua aprovação (artigo 71, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município).

É o parecer, à superior consideração.

Cajamar, 26 de setembro de 2025.

GUILHERME LOBATO DE OLIVEIRA LIMA

Julkenne Lane

Procurador

OAB/SP 454.815



<u>Câmara Municipal de Cajamar</u>

Estado de São Paulo

Parecer Nº 156/2025, da Comissão de Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei nº 114, de 05 setembro de 2025.

Projeto de Lei n°114/2025, de autoria do Vereador Manoel Pereira Filho, cuja ementa: "Institui e Inclui no Calendário Oficial do Município de Cajamar, o dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência."

1- INTRODUÇÃO

Trata-se de análise desta comissão, acerca do Projeto de Lei n°114/2025, de autoria do Vereador Manoel Pereira Filho, cuja ementa: "Institui e Inclui no Calendário Oficial do Município de Cajamar, o dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência," acompanhada de justificativa.

A propositura devidamente protocolizada na Secretaria da Câmara Municipal de Cajamar, após juízo favorável de admissibilidade nos termos do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Seguindo as regras regimentais pertinentes ao processo legislativo, a matéria foi remetida a essa Comissão para análise e emissão de parecer, com a distribuição de cópias aos Senhores Vereadores.

É o sucinto relatório

2 - ANÁLISE

Em análise à matéria em tela, com amparo ao parecer nº 250/2025 da procuradoria jurídica desta Casa Legislativa, a avaliação será adstrita à constitucionalidade, legalidade e juridicidade das proposições legislativas, devendo continuar nos trâmites legais desta Casa.

Página 1/2



Estado de São Paulo

Parecer Nº 156/2025, da Comissão de Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei nº 114, de 05 setembro de 2025.

Quanto à redação do Projeto em discussão, entendemos que não há incorreções e que o Projeto de Lei, respeita os padrões técnicos exigidos pela casa.

3 - CONCLUSÃO

Ante o exposto, opinamos pela admissibilidade do Projeto de Lei Nº 114/2025, apto a ser apreciado, quanto ao mérito, pelo plenário desta Edilidade.

É como votamos.

Cajamar, 03 de outubro de 2025

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

ALEXANDRO DIAS MARTINS

Presidente

FLÁVIO MARQUES ALVES

Vice- Presidente

ELISON BEZERRA SILVA

Secretário

Página 2/2



Estado de São Paulo

FOLHA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 114/2025: "INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE CAJAMAR, O DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA".

ÚNICA DISCUSSÃO

15ª SESSÃO

ORDINÁRIA

CERTIFICAMOS QUE A CONTAGEM DOS VOTOS DA PROPOSITURA ACIMA MENCIONADA, APRESENTOU O SEGUINTE RESULTADO:

UNANIMIDADE

1º SECRETÁRIO

08 de outubro de 2025.

OBSERVAÇÕES: ADOTOU-SE NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE:

I) QUORUM MAIORIA SIMPLES



Estado de São Paulo

VEREADOR	FAVOR	CONTRA
ADRIANO DONIZETE DE OLIVEIRA		
ALEXANDRO DIAS MARTINS		
CLEBER CANDIDO SILVA		The second distance of
DIOGO DE CARVALHO UTSUNOMIYA		
EDER DA SILVA DOMINGUES		100 mm
EDIVILSON LEME MENDES	Presidente	
ELISON BEZERRA SILVA		
FLAVIO MARQUES ALVES		
IZELDA GONÇALVES CARNAÚBA CINTRA		
JOSE ADRIANO DA CONCEIÇÃO		to - eg. 161
MANOEL PEREIRA FILHO		
MARCELO DA ROCHA SANTIAGO		
REINALDO DOS SANTOS		
SAULO ANDERSON RODRIGUES		
TARCÍSIO MOREIRA DE CARVALHO		
VINÍCIUS ZAGO JARDIM		And the state of t
WILLIAM SILVA OLIVEIRA		



AUTÓGRAFO Nº 2.387/2025

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR faz publicar o seguinte AUTÓGRAFO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAJAMAR resolve <u>APROVAR</u>, em seus termos o Projeto de Lei nº 114/2025, que "INSTITUI E INCLUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR, O DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA."

AUTORIA DO VEREADOR MANOEL PEREIRA FILHO

- Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário Oficial do Município de Cajamar,
 O DIA NACIONAL DE LUTA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA, a ser realizado anualmente, no dia 21 de setembro.
- Art. 2º O dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência, tem como objetivo conscientizar; mobilizar e sensibilizar a sociedade sobre a importância da inclusão, do respeito e da garantia de direitos das pessoas com deficiência.
 - Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.
 - Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Ver. Waldomiro dos Santos - Cajamar, 08 de outubro de 2025.



Estado de São Paulo www.camaracajamar.sp.gov.br

Autografo nº 2.387/2025 - fls. 2

MESA DA CÂMARA

EDIVILSON LEME MENDES

Presidente

ALEXANDRO DIAS MARTINS

1º Secretario

IZELDA G. CARNAÚBA CINTRA

2º Secretario

FLAVIO MARQUES ALVES

3º Secretario

Registrada na Câmara Municipal de Cajamar, nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica Municipal, e publicada no Diário Oficial do Município.

RENATA DI NIRO PERISSOLI

Diretora de Legislativo



Estado de São Paulo

Ofício nº 237 - GP

Cajamar, 09 de outubro de 2025.

Senhor Prefeito,

Para sanção e promulgação, passamos às mãos de Vossa Excelência, os Autógrafos nºs 2.386/2025 à 2.390/2025, oriundos dos Projetos de Leis nºs 122/2025, 114/2025, 121/2025, 123/2025 e 125/2025, respectivamente, os quais foram devidamente aprovados pelo Plenário na 15ª Sessão Ordinária, realizada em 08 de outubro de 2025.

Aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

EDIVILSON LEME MENDES

Presidente

Excelentíssimo Senhor KAUÃN BERTO SOUSA SANTOS DD. Prefeito Municipal Praça José Rodrigues do Nascimento nº 30 Centro - Cajamar - SP